

# Perfil da urbanização e espaço urbano-regional no Estado do Rio Grande do Norte (RN) - Brasil

*Characteristics of urbanization in the State of Rio Grande do Norte (Brazil) and its urban-regional space*

**Gomes Cilene\* e Costa Ana Mônica de Britto\*\***

*Recibido: noviembre, 2007 / Aceptado: agosto, 2008*

## Resumen

El perfil de las ciudades según su tamaño constituye una representación indicativa de la red urbana. Considerando el período comprendido entre 1940 y 2000, esta información será la base para delinear los contornos de la urbanización y regionalización del estado de Rio Grande do Norte (Brasil). Con este análisis se pretende establecer las relaciones del patrón de aglomeración poblacional del estado con algunas variables significativas para el reconocimiento de las dinámicas urbanas recientes, tales como el sistema vial, las migraciones, la población económicamente activa (PEA), el nivel de ingresos y el consumo familiar. De allí que este trabajo se oriente hacia una lectura de la organización del espacio urbano-regional, reflexionando con respecto a la lógica de las modernizaciones que se establecen en el contexto de la formación socio espacial brasileña, en particular en la región del Nordeste, y los impactos resultantes tomando en cuenta las condiciones locales. En síntesis, el artículo indaga con respecto a los nexos socioeconómicos y geográficos que están por detrás de la información estadística y mapas disponibles.

**Palabras clave:** Formación Socio-Espacial Brasileña; urbanización; regionalización; Rio Grande do Norte.

## Abstract

The cities profile, according to their population size, constitutes an indicative of the urban network. Considering the period from 1940 to 2000, these data will be useful for a delineation of the urbanization and regionalization characteristics in the state of Rio Grande do Norte (Brazil). This paper tries to establish the relationships between the standard of state population agglomeration and some significant variables for understanding the recent urbanization dynamic, such as: road system, migration, number of economically active population, income and domiciliary consumption. Hereafter, this study is directed for a widespread comprehension of the urban-regional space, reflecting on the logic of modernization that is determined in the context of the Brazilian socio-spatial configuration,

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, (RJ) - Brasil. E-mail: cilenegomes@terra.com.br

\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Rua Domingos Amado 3438, Candelária, Natal, RN - Brasil. E-mail: anacosta55@hotmail.com

particularly in the Northeast region, and the impacts occurred considering local conditions. In synthesis, the article enquires about socio-economic and geographic relationships that are behind the statistics and mapping available.

**Key words:** Brazilian socio-spatial formation; urbanization; regionalization; Rio Grande do Norte.

## 1. Introdução

Partindo do pressuposto de que a organização do espaço geográfico, em suas relações com o sistema social de um dado país, constitui o referencial primordial para a explicação dos processos particulares que se desenvolvem nas suas diferentes regiões e lugares, as análises do processo de regionalização e urbanização são fundamentais no objetivo de avançar no estudo da formação sócio-espacial brasileira em sua unidade e diversidade.

Nesse sentido, uma das preocupações que têm orientado a trajetória pessoal de investigação tem sido a de alcançar uma visão abrangente das determinações

históricas que influem, decisivamente, no processo de constituição do espaço urbano-regional em diferentes unidades da federação brasileira, e dentre estas, o Rio Grande do Norte, cuja localização é o que mostra a figura 1, tem sido um dos principais objetos de nossa atenção<sup>1</sup>.

Com esta perspectiva, o estudo se justifica pela primazia do princípio da totalidade adotada –a da formação sócio-espacial– para a explicação das ocorrências em suas unidades integrantes, bem como pela necessidade de fazermos avançar na compreensão das diferenciações geográficas, mais afeitas que são aos condicionantes do desenvolvimento social local.



Figura 1. Localização do Rio Grande do Norte no Brasil

Nesta abordagem, as relações recíprocas entre determinações globais e condições locais se consubstanciam como forças que movimentam e realizam a história do país, do mundo e do lugar, e como geografias que particularizam a singular condição de uma sociedade e um território que se tornam cada vez mais urbanizados.

Neste contexto atual de reconstrução do conhecimento, e especificamente no que importa à organização deste artigo, dois são os direcionamentos principais que estabelecem a estrutura, objetivos e o alcance do problema tratado. No primeiro, buscaremos retratar o perfil urbano do Rio Grande do Norte, a partir do quadro estatístico da evolução do número de cidades, segundo diferentes agrupamentos do tamanho da população urbana, cobrindo o período de 1940 a 2000.

As principais constatações obtidas com a leitura dos dados devem conduzir a um delineamento inicial dos contornos da urbanização e regionalização do estado. O que se depreenderá do dimensionamento de uma amostra significativa dada pelas 25 cidades<sup>2</sup> com população acima de 10 mil habitantes, que, juntas, reúnem 73% da população urbana do estado, e de uma outra compreensão relacionada a diferentes variáveis significativas para o estudo da urbanização, tais como o sistema viário, os movimentos populacionais entrevistados pelos dados de migração disponíveis; a dinâmica de atividades retratada na distribuição da população ocupada segundo os setores econômicos, o nível de renda e de consumo domiciliar.

Na seção acima descrita, o estudo exprime-se, sob o ponto de vista metodológico, por um conjunto de constatações de natureza estritamente estatística e baseadas em diferentes mapeamentos, que apontam para alguns entendimentos que podem suscitar a uma averiguação mais ampla acerca dos nexos sócio-econômicos e espaciais envolvidos.

Na segunda parte, o estudo se orienta para uma definição de ordem factual e qualitativa da organização do espaço urbano-regional, suas dinâmicas e conteúdos, no sentido de atribuir significados a algumas determinações do processo de formação sócio-espacial estadual, que se explicam, em boa medida, e sobretudo a partir do início do século XX, pelo ideal político da industrialização e modernização tecnológica, e recentemente, pela lógica da globalização econômica, que se configura territorialmente a partir dos investimentos na infra-estrutura turística, entre outros. Dessa forma, o estado, em sua ação combinada a interesses hegemônicos da atualidade, interfere diretamente na organização do território estadual, deixando que se consolide o padrão desequilibrado e desarticulado da rede urbana estadual.

A título de conclusão, é no propósito de explorar um pouco mais o universo das diferenciações geográficas entre regiões e cidades que reside a perspectiva final de um questionamento acerca da reflexão a que nos convida Santos e Silveira (2004: 272) a respeito do Brasil urbano do Nordeste, ao dizer que *“se as aglomerações são numerosas, a urbanização é,*

*de modo geral, raquítica”, em razão das “causas e conseqüências da fraqueza da vida de relações”.*

Sim, a partir da evidência dos números e das observações diretas da realidade em foco, o estudo parece se justificar também com este atributo e explicação do processo de organização do espaço urbano na região nordeste.

Finalmente, no que importa ainda aos materiais e métodos, é preciso ressaltar a utilização das estatísticas obtidas dos recenseamentos gerais e censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a apropriação de leitura de alguns dos mais importantes autores que compõem hoje a literatura acadêmica sobre a história e o desenvolvimento do Rio Grande do Norte; e ainda, o uso do aplicativo *Terraview* -que é um visualizador de dados geográficos com recursos de consulta e análise, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para a aplicação do al-

goritmo *Skater*, conforme nota explicativa apresentada no final do texto.

**2. O perfil da urbanização no Rio Grande do Norte**

A primeira vista, o que mais surpreende no perfil urbano estadual é a quantidade majoritária de cidades que aglomeram em suas respectivas porções territoriais uma população menor ou igual a 10 mil habitantes. Embora o total destas aglomerações tenda a representar uma proporção decrescente do total de aglomerações urbanas do estado em cada uma das datas consideradas na contagem estatística, desde 1940 a 2000, ainda em 2000, esta classe de aglomerações corresponde a 84% das 166 aglomerações urbanas dos municípios existentes. Como também mostram os dados do quadro 1, paralelamente à progressiva divisão territorial e ao surgimento de novos muni-

**Quadro 1. Perfil urbano do Rio Grande do Norte: evolução do número de cidades com população até 10 mil habitantes, de 1940 a 2000**

Classes de cidades	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
< que 2000	20	23	39	89	69	43	34
> que 2000 a 5000	17	14	30	38	44	51	63
> que 5000 a 10000	3	9	10	15	23	38	44
Total de cidades com até 10 mil habitantes	40	46	79	142	136	132	141
% do total de cidades com até 10 mil habitantes no totalde municípios	95	95	95	94	90	88	84
Total de municípios	42	49	83	150	150	153	166

Fonte: IBGE, Recenseamentos Gerais e Censos Demográficos

cípios, os anos 70 e 80 parecem indicar um princípio de reversão de tendência, apontando para uma relativa maior importância numérica das cidades que se incluem nas classes de população urbana variando entre ‘maior que 2 mil até 5 mil habitantes’ e entre ‘maior que 5 mil até 10 mil habitantes’.

Além disso, também a partir das décadas mencionadas, e conforme o quadro 2 abaixo, o perfil urbano estadual tende a se alterar pelo aumento do número de cidades com população ‘maior que 10 mil até 20 mil habitantes’ e ‘maior que 20 mil até 50 mil habitantes’, sendo estas duas classes de cidades as mais representativas de um patamar intermediário, se assim podemos dizer, relativamente ao padrão macrocefálico da rede urbana estadual, levando em conta o tamanho da cidade de Natal que, em todo o período, apresenta uma população urbana em média 3 vezes maior que a de Mossoró, a segunda cidade do estado, em meio a

um grande conjunto (já mencionado) de aglomerações ou cidades de muito pequeno tamanho populacional.

A este delineamento inicial de um processo de urbanização que tende a se generalizar no estado, a partir dos anos 70, ainda que de modo circunscrito a um número muito pequeno de cidades maiores ou de tamanho intermediário, devemos chamar atenção ao fato de que, relativamente ao território do município, a tendência à aglomeração populacional em cidades é nítida. Se em 1940, apenas Natal e Mossoró apresentavam um índice de urbanização acima dos 50%, sendo que em Natal a concentração de habitantes urbanos já era maior que 70% da população do município, em 1970, eram 18 os municípios com índice de urbanização superior a 50%, com 4 destes municípios onde a fração de população urbana chegava a mais de 70%. Este processo se mostra ainda mais intensificado no ano 2000, quando eram 108 os municípios

**Quadro 2. Perfil urbano do Rio Grande do Norte: cidades com população > que 10 mil a 20 mil e > que 20 mil a 50 mil habitantes, 1940-2000**

Classes de cidades	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
> que 10000 a 20000	1	0	2	5	9	11	14
> que 20000 a 50000	0	1	0	1	3	7	7
> que 50000 a 100000	1	1	1	1	0	0	1
> que 100000 a 200000	0	0	1	0	1	1	2
> que 200000 a 500000	0	0	0	1	1	0	0
> que 500000	0	0	0	0	0	1	1
Total dos municípios	42	49	83	150	150	152	166

Fonte: IBGE. Recenseamentos Gerais e Censos Demográficos

com uma população urbana representativa de 50% ou mais da população total do município, incluindo os 54 municípios cuja população urbana já se igualava a 70% ou mais da população total residente no município.

## 2.1 Uma amostra significativa: as cidades com mais de 10 mil habitantes

Mas os contornos da urbanização estadual tornam-se melhor definidos com a identificação dos principais municípios com população urbana maior que 10 mil habitantes (Figura 2), pois dessa forma poderemos nos aproximar de sua amostra mais significativa, conforme mostra o quadro 3, e de sua localização no contex-

to de distintas regiões do estado que podemos, neste artigo, começar a divisar.

Com a perspectiva de análise que se entreabre a partir deste novo conjunto de dados e informações, é preciso destacar que a cidade de Natal concentra em todas as datas, a partir de 1970, e em média, 35% da população urbana estadual, o que a torna, historicamente, além de capital político-administrativa do estado, o centro de maior dinamismo sócio-econômico e cultural.

Conforme pudemos verificar, em 1940 e 1950, mas desde então e até hoje, e com certeza por razões ligadas ao particular processo de povoamento, ocupação e desenvolvimento econômico do estado, Natal e Mossoró constituem os dois principais centros geográficos da urbanização

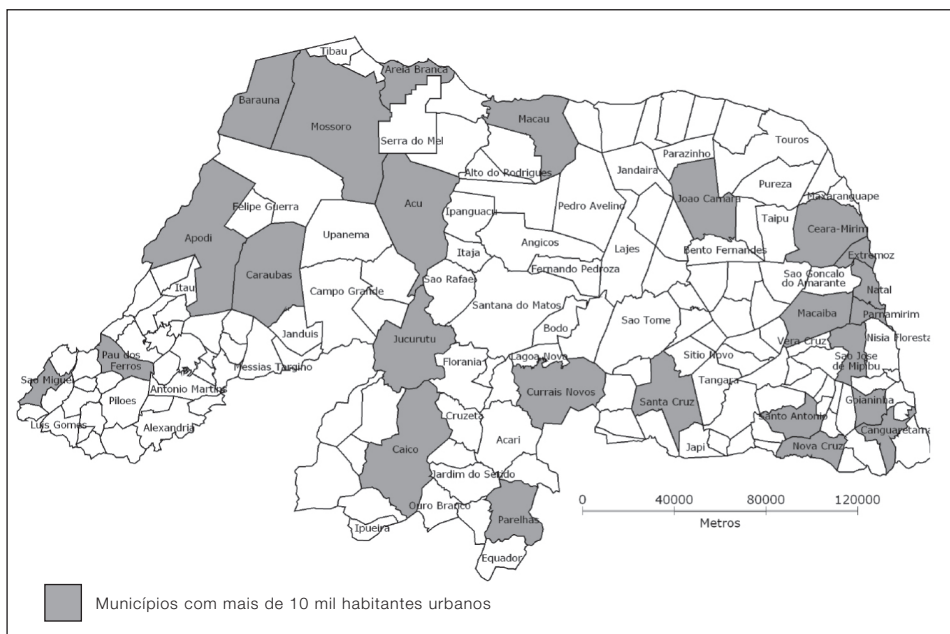


Figura 2. Municípios do Rio Grande do Norte com população urbana maior que 10 mil habitantes em 2000

**Quadro 3. Evolução da participação (%) da população urbana das cidades com mais de 10 mil habitantes no total da população urbana estadual, de 1970 a 2000**

Habitantes	1970	1980	1991	2000
População urbana do Estado RN	737 368	1 115 158	1 669 267	2 032 163
População urbana das cidades com mais de 10 mil	58,7	67,4	70,7	72,9

Fonte: IBGE. Censos Demográficos

estadual que, pouco a pouco, tendem a se mostrar mais interligados aos seus contextos regionais específicos.

Em 1960 são os municípios de Caicó e Macau os que surgem neste universo de cidades com mais de 10 mil habitantes, compondo um quadro geral da urbanização ainda aparentemente bastante dissociado sob o ponto de vista da contigüidade espacial. Correspondendo a esta mesma classe de população urbana, são mais 4 municípios os que ascendem no ano de 1970, Currais Novos, Açu, Ceará Mirim e Areia Branca, já indicando uma regionalização do processo de urbanização sobretudo ao redor de Mossoró e Natal.

Já em 1980 são 6 os novos municípios que atingem o mesmo tamanho de população residente em área urbana: Parnamirim e Macaíba, ampliando a dinâmica da urbanização ao redor de Natal; Santa Cruz, que se interpõe aos contornos desta região de Natal em direção a Currais Novos; João Câmara, que da mesma forma, desponta numa interligação de Natal e Ceará-Mirim a Areia Branca; e ainda, Pau dos Ferros, no sudoeste do estado, e Nova Cruz, na região sudeste do mesmo e na fronteira do Estado da Paraíba.

Em 1991, 6 outros municípios passam a compor o perfil da urbanização específico a esta mesma classe de população aglomerada: Canguaretama e São José de Mipibu, que se localizam na direção sul de Natal; Apodi e Caraúbas, no oeste do estado e interpondo-se entre Mossoró e Pau dos Ferros; Parelhas, ao sul do estado, e Angicos que também se encontra numa posição intermediária, agora entre a região de Natal e a de Mossoró.

Finalmente, no ano 2000, emergem a este conjunto mais significativo da urbanização estadual os municípios de Extremoz, ampliando a região de Natal; Goianinha, no sentido sul de Natal e levando a Canguaretama; Santo Antônio, também ao sudeste do estado, mas ao lado de Nova Cruz; Jucurutu, que, ao lado de Caicó, parece interpor-se aos caminhos para Açu; Baraúna, contíguo a Mossoró e na fronteira do Ceará e São Miguel, também na fronteira do Estado do Ceará, mas na proximidade de Pau dos Ferros.

E aqui, nosso processo de indagação poderá ter seu início e desdobramento a partir de novos dados e referências teórico-empíricas que nos auxiliem na busca progressiva de explicação para esta geo-

grafia da urbanização, tomada, para efeito de uma breve análise, em dois grandes perfis que reúnem, de um lado, os 25 municípios apresentando uma população residente em área urbana maior que 10 mil habitantes e os demais 141 municípios (dos 166 existentes em 2000) que, com uma população aglomerada variando entre 500 a 10 mil habitantes, reúnem cerca de 27% da população urbana do estado e configuram todo um outro contexto pulverizado de povoações, vilas e pequenas cidades que também deve ser melhor estudado.

### **2.1.1 Variáveis correlacionadas ao processo de urbanização e contornos da regionalização do estado**

A partir desta configuração inicial da distribuição dos 25 principais núcleos urbanos e indícios de uma regionalização, o espaço urbano-regional do Rio Grande do Norte pode ser redimensionado, inicialmente, por suas características semelhantes ao que se verifica em todo o país. Nesse sentido, devemos considerar, que a urbanização tende a se generalizar em toda parte nas últimas décadas, como nos explica Santos (1993: 59) “*em razão da unificação do território pelos transportes e comunicações*”. Esta seria, portanto, uma medida da maior ou menor grandeza do fenômeno nos diferentes contextos de análise.

De fato, no estado potiguar, o retrato que pudemos fazer acima termina por revelar a estreita relação dos núcleos urbanos com população acima de 10 mil habitantes e os principais eixos viários que

atravessam o território estadual, como mostra a figura 3. Tanto no sentido longitudinal, irradiando-se a partir de Natal, como no transversal, sobretudo a leste e oeste do estado -tendo como principais centros de interligação, Natal, Mossoró, Açu, Caicó e Currais Novos- as rodovias representam, visivelmente, o caminho terrestre tornado possível, ao longo das décadas, aos fluxos de pessoas e mercadorias através dos quais um espaço de relações inter-urbanas tende a se constituir, quer seja no plano da produção econômica ou da realização da vida social, o que torna ainda mais inteligível o próprio processo de urbanização.

Analisando o fenômeno das migrações, que se associa de modo geral, à desorganização e condição precária da vida produtiva e social em meio rural e aos novos dinamismos que se estabelecem em meio urbano, mas também ao contexto amplo de políticas de desenvolvimento econômico, regional e urbano implementadas historicamente no país e no contexto estadual em particular, podemos assinalar, conforme constata o estudo de Silva (2001), a tendência preponderante do padrão de deslocamentos de origem urbana e destino urbano sobre os deslocamentos do meio rural para o urbano.

Tanto em 1980 quanto em 1991 esta tendência pode ser verificada, se considerarmos que, na primeira data, eram 16 os municípios, sobre o total de 25 municípios com população urbana acima de 10 mil habitantes, cujo percentual de pessoas não naturais do município que procederam de área urbana ultrapassa



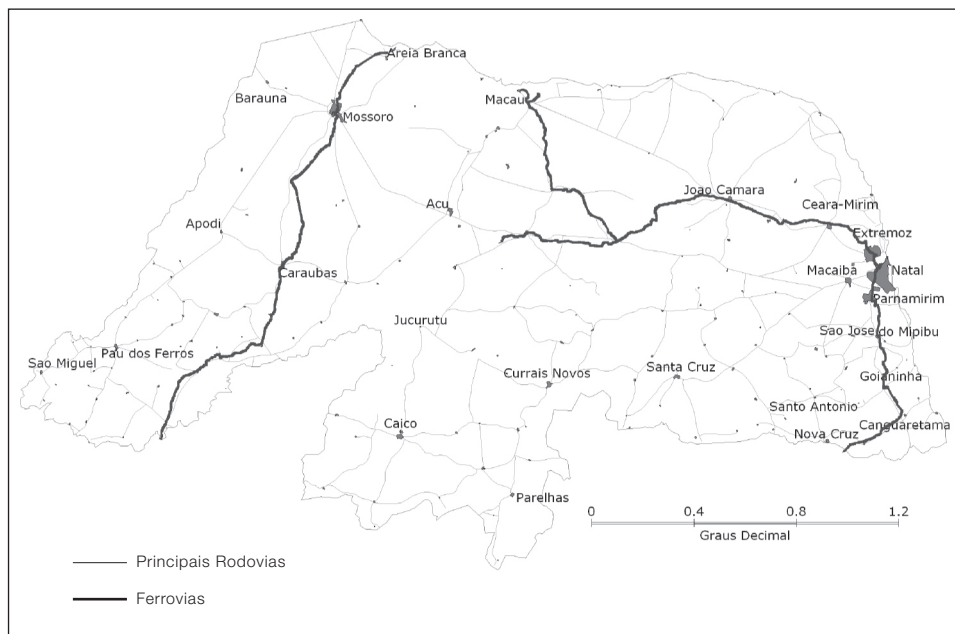


Figura 3. Sedes municipais, ferrovias e rodovias do Rio Grande do Norte em 2000

os 50% do total da população urbana de cada município e, na segunda data, este número passa a 24 municípios sobre o mesmo total de 25 municípios, sendo que apenas São José de Mipibu (47%) ainda não revelava esta tendência tão claramente.

Pressupondo que o principal destino dos fluxos migratórios são as cidades, podemos observar que, ao longo das décadas de maior intensidade dos deslocamentos, certos municípios apresentam-se com maior força de atratividade. Na década de 60 e 70, por exemplo, um fluxo significativo destinou-se a Areia Branca, já que no ano de 1970, 57,7% das pessoas não naturais do município residiam aí há 11 anos ou mais e, em 1980, o percentual de migrantes residentes há 10 anos ou

mais era igual a 51,4%. Situação semelhante de maior atratividade nas duas décadas até 1980 é a dos municípios de Currais Novos, Ceará Mirim, Macaíba, Nova Cruz, Santa Cruz, Macaú, Natal e, mesmo, Canguaretama, Jucurutu e Santo Antônio. Considerando a situação até 2000, ou seja, levando em conta o ocorrido basicamente na década de 1990, os municípios que parecem ter sido relativamente mais atrativos para receber os migrantes foram: Jucurutu, Nova Cruz, Caraubas, Baraúna, Extremoz e Pau dos Ferros, já que apresentam, em 2000, migrantes residentes há um tempo variando entre 6 a 9 anos em torno de percentuais que variam de 50 a 33% das pessoas não naturais da unidade da federação que residiam no município.

A integração viária e de comunicações é também sinônimo de integração de mercados, quer seja relativamente à oferta de trabalho ou à comercialização de bens e serviços entre as cidades. Mas estas interdependências mais intensificadas resultam de uma reestruturação do sistema produtivo (que se dá tanto no campo como nas cidades), dos níveis de renda (familiar ou pessoal) e do consumo realizado nas cidades.

Analisando as tendências de evolução da população economicamente ativa dos 25 municípios mais urbanizados, podemos verificar, de 1940 a 2000, uma participação relativa cada vez menor das atividades da economia primária, ao mesmo tempo em que tende a ser cada vez maior a participação relativa da população ativa nos serviços. Dessa forma, em 2000,

chegou-se a uma situação onde dos 25 municípios em estudo, eram 19 os que reuniam mais de 50% do total das pessoas ocupadas do município nos serviços e 6 os municípios onde a proporção de pessoas ocupadas nos serviços variava dos 34 aos 45% aproximadamente (Figura 4). Já no setor primário da economia, e também no ano 2000, temos 9 municípios -a saber, Apodi, Baraúna, Canguaretama, Caraúbas, João Câmara, Jucurutu, Nova Cruz, Santo Antônio e São Miguel, onde os percentuais respectivos de pessoas ocupadas variam entre 30 a 59%, onde, portanto, as atividades primárias são relativamente mais importantes.

Quanto às atividades industriais, se em 1970 um destaque pode ser dado a Macau, Currais Novos, Mossoró e Areia Branca, que apresentam pessoal ativo

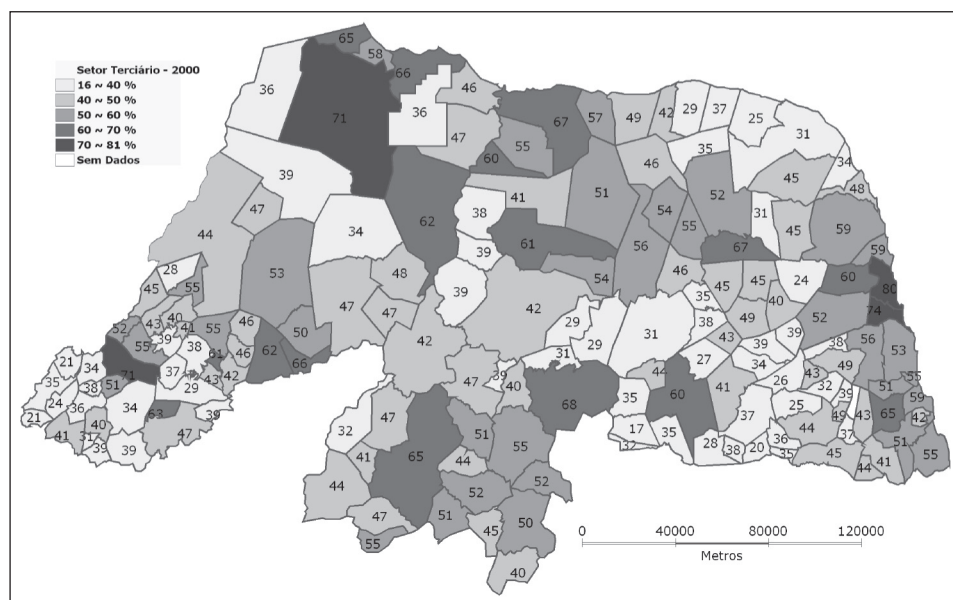


Figura 4. Percentual de pessoas ocupadas no setor terciário, segundo os municípios do Rio Grande do Norte, em 2000

nestas atividades na ordem de 20 a 32%, podemos constatar uma nova dinâmica industrial nas décadas de 80 e 90, quando contamos 10 e 9 municípios, respectivamente, que reúnem maior população economicamente ativa no setor. Podemos observar também que 8 são os municípios que se apresentam, sob o ponto de vista da população ativa na indústria, de forma mais consolidada ao longo das décadas ou mais expressiva em 2000: Mossoró, São Gonçalo, Parnamirim, Caicó, Macaíba, Parelhas, Extremoz e Goianinha.

Uma caracterização inicial dos domicílios (e, portanto, das famílias) dos municípios em estudo poderá igualmente contribuir para o entendimento da urbanização, na medida em que tende a ressaltar o modo como se vive nas cidades. Nesse sentido, uma análise dos níveis de

renda das famílias poderá ser associada às condições gerais dos domicílios, no que se refere aos bens e serviços disponíveis, para avaliarmos o grau de acomodação dos domicílios à estrutura social e urbana em que se inserem.

Desde logo, e no que se refere à distribuição da renda, podemos afirmar que o Rio Grande do Norte apresenta-se em 2000 numa situação onde é nítida a pobreza das pessoas responsáveis pelas famílias, conforme podemos visualizar na figura 5. Porque, se de um lado são ainda altos os percentuais de famílias cujos responsáveis não tinham sequer rendimento nesta data, de outro lado, exceção feita a Natal e Parnamirim, que em 2000 apresentam cerca de 40% das famílias cujos responsáveis recebiam até 2 salários mínimos, em todos os demais 23 municípios

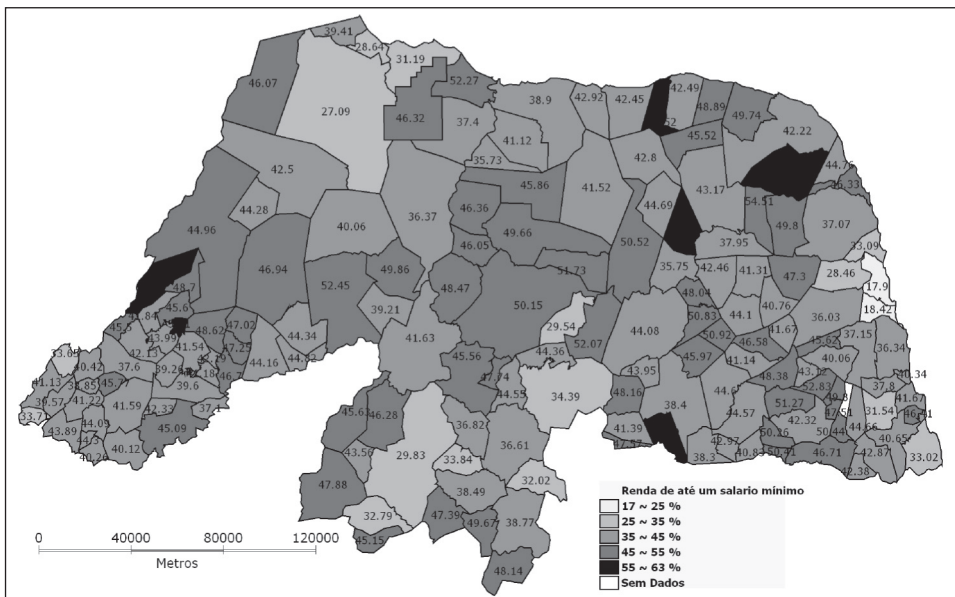


Figura 5. Renda do responsável pela família na faixa de até 1 salário mínimo, segundo os municípios do Rio Grande do Norte, em 2000

em estudo, este mesmo percentual era igual ou maior a 50% das famílias chegando em alguns municípios a mais de 65%. Na mesma data, em 9 municípios -a saber, Caraúbas, Nova Cruz, Baraúna, Apodi, João Câmara, Santo Antônio, São Miguel, Jucurutu e Canguaretama, aproximadamente 40% das pessoas responsáveis pelas famílias recebiam até 1 salário mínimo sendo que até mesmo em Natal e Parnamirim, os municípios mais ricos do estado, este percentual, na ordem de 18%, permanece alto.

Considerando os mais altos percentuais de famílias cujos responsáveis recebiam em 2000 mais de 2 e até 15 salários, podemos identificar que, além de Natal e Parnamirim, Mossoró e Caicó seriam os dois municípios de melhor renda. Currais Novos, Pau dos Ferros, Macau, Areia Branca, Extremoz e Açu são outros municípios que se destacam com percentuais relativamente maiores de famílias, cujos responsáveis recebem uma renda média ou alta. Este quadro social da renda das pessoas responsáveis pelas famílias em cada município deve ser analisado ao lado das condições gerais dos domicílios, no que importa ao abastecimento de água e às instalações sanitárias, já que a existência destas infra-estruturas apontam, junto com a renda, para um grau mínimo de habitabilidade em meio urbano.

Nesse caso, se não podemos deixar de observar uma mudança significativa na forma do abastecimento de água, dos anos 60 ao ano 2000, quando se estabelece a predominância da ligação dos domicílios à rede geral, é preciso ressaltar que em municípios como Apodi,

Baraúna, Caraúbas, João Câmara, Nova Cruz, Parelhas, Santo Antônio e São Miguel ainda permanece relativamente alta a proporção (aproximadamente de 20 a 30%) de domicílios que utilizam outra forma de abastecimento, além da rede e do poço ou da nascente.

Quanto ao escoamento sanitário, se as condições também evoluíram de 1970 a 2000, em 10 municípios, para um número maior de domicílios ligados à rede geral de esgoto, a utilização predominante do sistema de fossas para escoamento pode ser constatada (Figura 6) em 2000, pelas altas proporções (acima de 60%) de domicílios na maioria dos 25 municípios em análise.

Mais um retrato das condições da vida urbana no estado potiguar pode ser obtido com a leitura de dados referentes à existência de serviços e bens duráveis nos domicílios de cada município estudado. Considerando o ano 2000, podemos verificar o elevado atendimento domiciliar no que se refere ao serviço de coleta de lixo, quando, exceção feita aos municípios de Canguaretama e Extremoz, que apresentam, respectivamente, 59% e 46% de domicílios atendidos, todos os demais municípios em estudo têm mais de 70% dos domicílios atendidos pelo serviço.

A iluminação elétrica é ainda melhor distribuída, totalizando mais de 90% dos domicílios atendidos em todos os municípios na mesma data. Quanto às linhas telefônicas (Figura 7), a situação geral é bem mais deficitária: apenas nos municípios de Natal, Parnamirim, Mossoró, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, Açu e Extremoz os percentuais de domi-

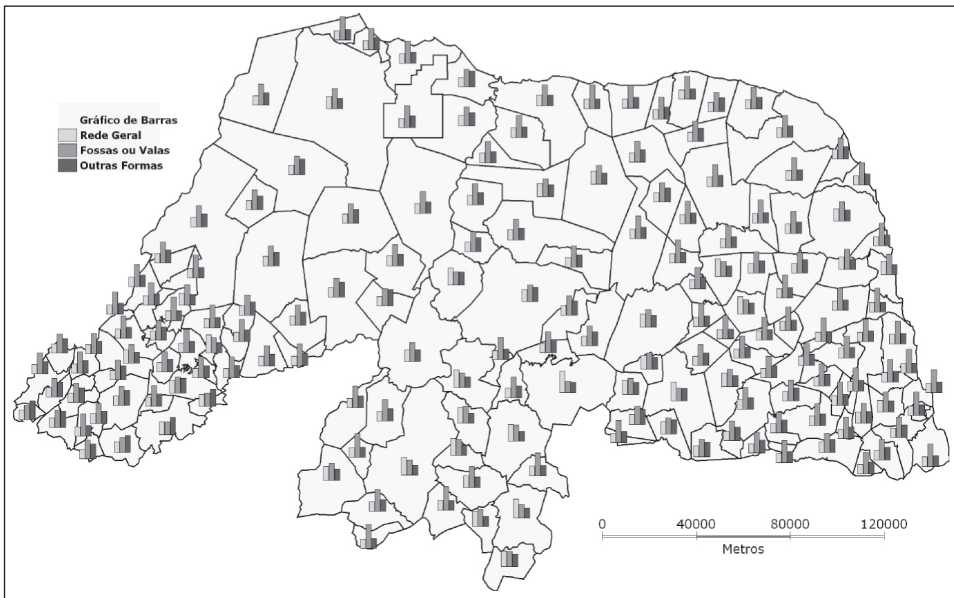


Figura 6. Percentual de domicílios segundo as formas de escoamento sanitário, nos municípios do Rio Grande do Norte, em 2000

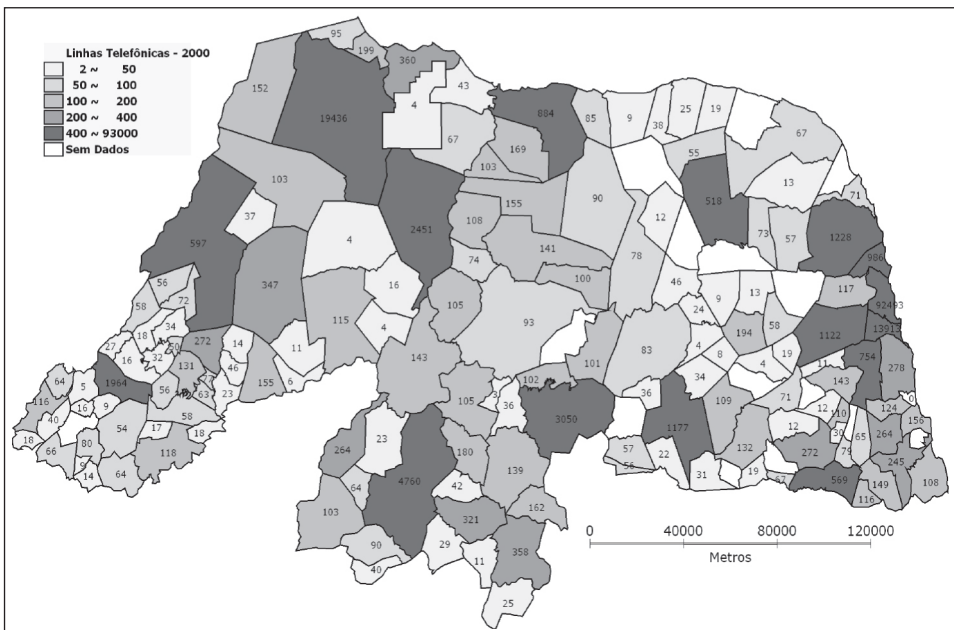


Figura 7 – Domicílios com linha telefônica instalada, segundo os municípios do Rio Grande do Norte, em 2000

cílios atendidos variam de 29% (Açu e Extremoz) a 52% (Natal), de modo que nos demais 17 municípios o atendimento domiciliar é ainda bastante inexpressivo.

Analisando a situação domiciliar no que respeita aos bens duráveis que são objetos do consumo realizado nas cidades, podemos observar, inicialmente, que a grande maioria dos domicílios possuem rádio e televisão. A existência de geladeira ou freezer também é significativa, variando dos 53% dos domicílios em Baraúna aos 90% em Natal. Vídeo cassete, automóvel e máquina de lavar são os outros três objetos do consumo urbano que estão presentes em parcelas de domicílios na ordem dos 20 aos 38%. Ar condicionado, forno de microondas e microcomputadores estão presentes ainda em proporções relativamente pequenas. Natal, Parnamirim, Mossoró, Areia Branca, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros e Açu continuam sendo os municípios onde o padrão da vida urbana moderna está melhor representado.

Tudo isso é resultado das políticas de governo mais favoráveis ao desenvolvimento de certos ramos de atividades ou de investimentos nas condições gerais que melhor atendam aos interesses dos grandes agentes do capital, de dentro e de fora do país, em detrimento das necessidades da sociedade no seu todo. E dessa forma, o Rio Grande do Norte apresenta aspectos uniformes no significado geral de sua urbanização relativamente aos demais estados nordestinos, sem deixar de revelar as suas especificidades dadas às condições e aos condicionantes locais do desenvolvimento regional e urbano.

### **3. A organização do espaço urbano-regional estadual**

Com o perfil da urbanização no Rio Grande do Norte e das 25 cidades que constituem nossa amostra significativa, a organização do espaço urbano-regional pôde ser estabelecida em seus contornos iniciais. Mas é somente a identificação das razões determinantes da formação sócio-espacial estadual -que se explicam pelas relações entre políticas nacionais e locais e pelos interesses hegemônicos de ordem externa, que nos conduzirá a delimitar e justificar as principais dinâmicas de transformação do estado, a organização do espaço urbano-regional propriamente dita e, por fim, as questões gerais depreendidas como premissas para novos estudos sobre o padrão da rede urbana potiguar, em suas implicações de uma realidade macrocefálica e 'raquítica', concentradora e desigual.

#### **3.1. Razões da história e dinâmicas de transformação**

O desenvolvimento de um país, estado ou região diz respeito, primordialmente, às forças político-ideológicas que, no curso da história, conseguem impor sua hegemonia na condução do processo de produção das dinâmicas que criam e transformam a vida econômica e social e o espaço que lhe condiz.

Assim como no contexto geral da formação sócio-espacial brasileira dos primeiros séculos, o Rio Grande do Norte define-se como um subespaço, dentre outros, da colônia de exploração



implantada pelos portugueses, onde a hegemonia da aristocracia rural impõe-se sustentada pela força da escravidão e concentração de terras. Desse período até o final do século XIX, sob a égide do colonialismo e mercantilismo europeus, a base da economia norte-riograndense se constitui, seguindo as duas frentes de ocupação e povoamento que, vindas do sul do estado, delinearam-se na costa Leste, através da cana de açúcar e, a Oeste, com o gado, pelos caminhos que direcionavam-se à região do Seridó e aos vales dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró. Em seguida, esta base econômica estadual desenvolve-se com o cultivo do algodão e a exploração do sal.

Daí aos anos 40, sob o domínio das forças e interesses do liberalismo econômico e o impulso dado pela primeira guerra à abertura de novos mercados, a industrialização do estado tem o seu início e, mesmo que de forma lenta, tende a acompanhar a trilha destas matérias-primas de maior importância, com destaque, ainda, para o algodão.

Além disso, a Segunda Guerra Mundial traria mudanças inesperadas para o estado. Natal e Parnamirim atraem novos capitais e fluxos populacionais, acarretando um desenvolvimento urbano importante, a partir da implantação de uma estrutura de defesa (Base Aérea de Parnamirim) e obras diversas que resultam de um acordo entre o Brasil e os EUA pela segurança das Américas. Os minérios tornam-se também um importante segmento da economia estadual, ganhando mais espaço na pauta da exportação com as demandas da guerra.

Desse momento em diante, como nos explica Paulo Santos (2005), o governo torna-se promotor da industrialização e a superação do subdesenvolvimento passa a ser creditada ao crescimento econômico e ao progresso técnico. Desde a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, o planejamento e a implantação de grandes projetos tornam-se os principais instrumentos do desenvolvimento.

De uma economia estadual assentada, em 1960, na agropecuária e extrativismo (45% do produto interno bruto) e no setor terciário (45%), com mais 10% da renda interna proveniente das atividades industriais ainda pouco dinâmicas (exceção ao sal, à sheelita e à indústria têxtil e de confecções), passamos a um novo período da história onde a visão desenvolvimentista de políticos e técnicos induziram às metas de implantação de novas condições estruturais (energia, transportes, telefonia, habitação, educação etc.) para o alcance de novos estágios do desenvolvimento.

Consecutivamente, nos anos 70, destacam-se grandes transformações: a atividade extrativa encontra-se em fase promissora com a mecanização dos processos de mineração da sheelita; a monopolização das salinas por grupos estrangeiros ocasiona igualmente a mecanização das atividades de extração e a construção do Porto-Ilha em Areia Branca; verifica-se o crescimento do setor industrial (com a cera de carnaúba, o caju, a castanha, o coco da bahia, o sisal, a cerâmica e os doces) e novas medidas são estabelecidas em vista da instalação

e consolidação do parque das indústrias têxteis e de confecções e suas subsidiárias; campos de petróleo são descobertos pela Petrobrás e destilarias de álcool são implantadas no contexto do programa governamental PROALCOOL; a eletrificação de todas as cidades do estado com a energia de Paulo Afonso torna-se realidade; conjuntos habitacionais e hotéis são construídos; e além disso, destaca-se a gestação de novos e diversos projetos que, nas décadas seguintes, serão conduzidos à sua execução.

De fato, nos anos 80, por exemplo, as prioridades governamentais dadas à industrialização (através da implantação de distritos industriais, como em Natal, São Gonçalo e Mossoró) e ao turismo refletem bem o anseio pela modernização e retomada do desenvolvimento econômico, sustentados, agora, pelos ideais de uma outra ordem mundial em franco processo de difusão. Além desses vetores, desenvolvem-se, ainda, no estado potiguar, a fruticultura irrigada para o mercado externo e as atividades ligadas ao petróleo e ao gás natural.

Com a perspectiva da globalização econômica e informacional, assentada nos postulados neoliberais e na eficiência e competitividade dadas pela modernização, capacitação e gestão empresariais, é que se articulam, nos anos 90, as novas parcerias e protocolos de intenções estabelecidos em vista da implantação de infra-estruturas e incentivos para atrair novos agentes e investimentos industriais. E nessa mesma década, também de grandes transformações, devem ser mencionados, ainda, os investimentos da Petro-

brás e os *royalties* pagos a 92 municípios, entre os produtores e “os chamados municípios confrontantes, limítrofes e os que sofrem influência geo-econômica em função da atividade petrolífera” (Felipe e Carvalho, 2004: 102); as novas instalações do Pólo Gás-Sal em Guamaré; os saltos tecnológicos e de produtividade da fruticultura; a carcinicultura e a pesca implantadas em moldes modernos; a infra-estrutura turística e os convênios com grandes agentes financiadores (Banco do Nordeste, BID e outros); a informatização da sociedade; o *boom* imobiliário; a introdução de mega-eventos culturais de massa, como o Carnatal, enfim, todo um conjunto de novas dinâmicas produtivas que, todavia, induzem a uma nova interrogação acerca da realidade social, no sentido da constatação de seu agravamento crescente e incessante, já que as populações, as atividades e os lugares mais desfavorecidos terminam por nos fazer indagar em que medida as políticas e os investimentos governamentais são, ainda, e sobretudo, de ordem residual.

### **3.2 As regiões e cidades do Rio Grande do Norte**

Em recorrência aos contornos da urbanização e regionalização do estado estabelecidos inicialmente e a esta ordem de transformações históricas, podemos, finalmente, delimitar a organização do espaço geográfico estadual no escopo de algumas de suas principais regiões e cidades. Nesse sentido, partindo da proeminência das cidades de Natal e Mossoró, e da cidade de Caicó e Currais Novos,



é que poderemos restabelecer a regionalização do processo de urbanização na contextura da região metropolitana de Natal, da região de Mossoró e da região do Seridó, que se destacam, com suas especificidades, como as mais dinâmicas do estado.

Como também podemos observar, as duas primeiras regiões, que são as mais consolidadas historicamente, são as que melhor traduzem as principais transformações ocorridas dos anos 70 em diante, conforme as reorientações políticas mais favoráveis aos processos de modernização e globalização econômica. Estas duas regiões constituem as chamadas ‘ilhas’ ou ‘pólos’ de desenvolvimento, que se destacam, em boa medida, devido aos investimentos em novas tecnologias de produção. O que subentende uma reestruturação produtiva e social, estando implícita, neste processo, e ao menos na região do semi-árido, uma ‘desorganização’ das economias tradicionais (sal, algodão e minérios) e, em outras regiões também, a reorganização da vida social em meio urbano, em razão de um novo ritmo da urbanização, do êxodo que se deflagra procedente do meio rural ou urbano etc.

Nesta região do semi-árido, particularmente nas regiões de Mossoró e do Seridó, onde hoje se desenvolve a pecuária leiteira, o programa estadual do leite tem destacado como alternativa para os pequenos e médios produtores reorganizarem seus espaços produtivos (Felipe e Carvalho, 2004), já que encontraram muitas dificuldades com a crise do algodão e com a mecanização da produção do sal.

À sua vez, a região do Seridó, de grande importância no contexto das economias fundadoras (gado e algodão) e beneficiadas pelas guerras (minérios) constitui, hoje, e dentre as três regiões citadas, a região menos integrada às modernas dinâmicas de investimento e, talvez, por isso mesmo, como diz Moraes (2005: 343), constituindo “*uma geografia da resistência*”, fundada na sua cultura e identidade, e na solidariedade social, onde a “*avalanche da globalização não fez a terraplanagem das diferenças*”.

### 3.2.1 A região de Natal

Constituída oficialmente pelo governo do estado em 1997 como região metropolitana, é a porção espacial de maior dinamismo do estado, considerando não apenas a sua população que totaliza, em 2000, 1.097.273 habitantes e o fato de Natal ser a capital econômica e administrativa do estado. As dinâmicas de ordem social e econômica que afetam a sua organização espacial concorrem, efetivamente, para a formação de uma metrópole (Observatório das Metrópoles, 2006; Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2006), o que subentende um certo grau de interdependências em sua organização e uma forte relação com a centralidade e expansão de Natal.

Constituindo um pólo de convergência das principais rodovias estaduais, a região concentra igualmente grande parte dos movimentos pendulares em razão da busca de trabalho ou estudo, o que representa mais um fator de integração entre os 9 municípios que a compõem, ao lado das inter-relações gerais e de ordem pro-

ductiva que se dão entre as áreas conurbadas a Natal -pertencentes aos municípios de Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo e Extermoz- e a outros municípios como Parnamirim e Macaíba (Observatório das Metrôpoles, 2006).

Além disso, encontram-se implantados nessa região: a principal infraestrutura turística do estado, abrangendo, sobretudo, a área litorânea; alguns dos principais distritos industriais (Natal, São Gonçalo e Macaíba), equipamentos do território (como porto e aeroporto) e empreendimentos imobiliários; as principais áreas canaveiras e usinas do açúcar e álcool, áreas de fruticultura, carcinicultura e pesca modernas; a mais importante concentração de serviços básicos e especializados (como saúde, educação e cultura); a base institucional e científico-tecnológica melhor consolidada historicamente; a maior drenagem de recursos financeiros e econômicos, mas também toda sorte de contrastes, contradições e vulnerabilidade de uma lógica político-ideológica bem característica das sociedades capitalistas e dependentes de nossos dias.

### *3.2.2 A região de Mossoró*

Tradicional centro de comércio e administração algodoeiro do sertão, mas também da produção salineira e pecuária extensiva, Mossoró constitui hoje a capital da segunda região com maior densidade de modernizações. A rigor, no início do século 20 a cidade de Mossoró centralizava a exportação do algodão, sal, cera de carnaúba, couro e pele, fixando-se como um dos mais importantes centros

comerciais do interior, posto este que jamais fora alcançado por Caicó, que se limitava à condição de um núcleo intermediário no contexto da vasta região do semi-árido.

Hoje, na região de influência de Mossoró, encontra-se em desenvolvimento: a exploração do petróleo e gás natural; a produção do sal em moldes modernos (o que representou, nos anos 70, um fator de desorganização local pela liberação da mão de obra que trabalhava na produção artesanal); a criação de camarões em cativeiros etc. Nos vales úmidos dos rios Piranhas-Açu e Apod-Mossoró desenvolve-se a fruticultura irrigada, tendo como principais frutos de exportação o melão, a banana, a manga, melancia e outros.

No contexto ainda das economias do semi-árido, a apicultura é atualmente uma das economias alternativas, tendo em alguns municípios da região como Apodi, Serra do Mel e Mossoró, os de maior produção.

Além disso, não se pode deixar de destacar as inter-relações da cidade de Mossoró com outros centros importantes da região, como Açu e Areia Branca, nem tampouco o seu caráter moderno no que importa à presença de estabelecimentos do ensino superior e outros serviços e à transformação de uma tradição cultural como é a festa de São João em um megaevento, característico do que se denomina de uma sociedade do espetáculo.

### *3.2.3 A região do Seridó*

Região tradicionalmente constituída pela expansão da pecuária, do algodão e da exploração de minérios (sheelita e outros)

voltada para a exportação, hoje podemos caracterizá-la mediante outras atividades produtivas de relativa importância, como a indústria da cerâmica e as pequenas e médias fábricas têxteis (que em boa medida funcionam como terceiras de grandes empresas), principalmente em Caicó, além de ser considerada uma importante bacia leiteira do estado, com destaque para a produção de derivados do leite.

Como nos explica Moraes (2005), o binômio gado-algodão ou, posteriormente, algodão-gado engendrou uma lenta rearticulação das relações campo-cidade. A instalação de usinas de beneficiamento do algodão e de fábricas para a industrialização de seus derivados tornou a vida urbana mais dinâmica, implicando em uma maior circulação de capital e no fortalecimento das atividades terciárias em geral.

Ao lado da cotonicultura e da pecuária, a exploração mineira constitui, para o Seridó, um outro fator de alteração da dinâmica regional e urbana, tendo a cidade de Currais Novos adquirido uma nova força de centralidade em razão de sua articulação direta no plano internacional. A atividade também representaria um impulso no processo de industrialização e ampliação das atividades terciárias (Moraes, 2005).

Dessa forma, como dizia Milton Santos, a vida urbana das *'cidades dos notáveis'* tende a assumir uma nova estrutura enquanto *'cidades da produção'*, com uma nova infra-estrutura urbana implantada e reforço de sua atratividade. Além disso, os planos de implantação de açudes rebateram-se espacialmente

no surgimento de novas comunidades e atividades possíveis com as águas represadas.

Finalmente, com a subsequente crise da cotonicultura e mineração, a região do Seridó, embora prossiga sustentada pelas tradicionais atividades agropecuárias e artesanais, que passam por um processo de diversificação nos últimos decênios do século XX, tende a assumir com realce as feições da urbanização terciária, tão característica do fenômeno nos países subdesenvolvidos.

Além destas três regiões, podemos, ainda, e ao menos, divisar algumas outras regiões, como a *região do Agreste*, nas imediações a sudoeste da região metropolitana, com sua tradicional vocação para os cultivos alimentares; e a do sudoeste do estado, a *região do Alto Apodi*, com a centralidade clara que assume a antiga cidade de Pau dos Ferros e uma alta concentração de pobreza social; e podemos observar, ainda, a importância dos eixos rodoviários na interligação entre outras distintas regiões, por exemplo, do sul da costa Leste do estado com a região de Natal e a região do Seridó, da região de Mossoró com Pau dos Ferros etc.

#### 4. Conclusão

Deste estudo sobre o processo de urbanização e regionalização do Rio Grande do Norte importa ressaltar, a título de uma conclusão, e retomando a visão da *'urbanização raquítica'* de que nos falava Milton Santos (1993), (como característica da rede urbana do nordeste brasileiro),

o quanto a regionalização do processo de urbanização de nível mais elevado parece apoiar-se, ainda, em um número tão pequeno de cidades.

Como mostra a figura 8, que representa a regionalização de diferentes variáveis significativas da urbanização, através de diferentes estados de homogeneidade interna, implicando em graus diferenciados de urbanização<sup>3</sup>, obtidos pelo método Skater<sup>4</sup> de análise espacial (Druck *et al.*, 2004; Costa e Gomes, 2007), são apenas 7 as cidades que se distinguem, em meio a uma enorme região de municípios e pequenas cidades que, todavia, resguardam uma espécie de coesão interna. Neste quadro, podemos destacar, entretanto, algum princípio de regionalização circunscrito à região metropolitana

-nos contornos de Natal, Parnamirim e Macaíba- e à região de Mossoró e Açu, evidenciando mais uma vez o dinamismo significativo ao redor das duas principais cidades do estado.

Esta situação nos conduz a refletir sobre a frágil vida de relações interurbanas hoje existente, associada a uma precária divisão social e territorial do trabalho entre as cidades e ao papel marcante das principais cidades, que, por hipótese, apresentam-se com um caráter multifuncional, quer dizer, sem uma especialização produtiva, concentrando a atribuição principal das atividades industriais e terciárias em suas relações com as áreas adjacentes de produção agropecuária e com as demandas em geral das populações residentes etc.

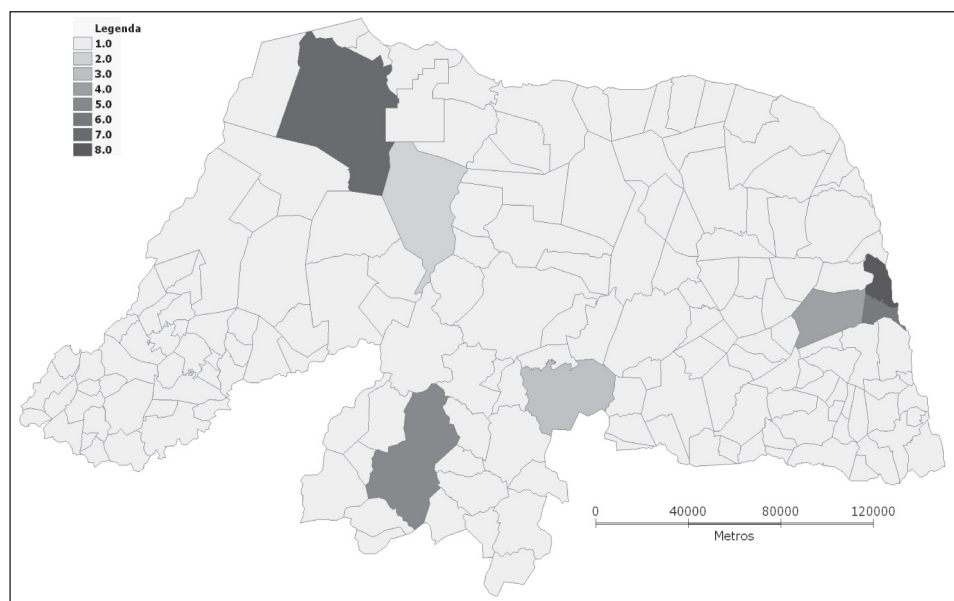


Figura 8. Regionalização da urbanização no Rio Grande do Norte (através de 8 estados de homogeneidade interna), obtida com o uso do aplicativo Terraview e pelo Método Skater de análise espacial

Em outras palavras, das 25 cidades que constituem a amostra mais significativa do processo de urbanização, sob o ponto de vista da concentração populacional, um novo desdobramento de análise poderá ser efetuado, em outras oportunidades, no sentido de um estudo mais particularizado a respeito do papel destas 7 cidades mais dinâmicas, no quadro geral do vasto universo de pequenas cidades do estado, universo este que também deve ser contemplado para novas investigações acerca das particularidades dos processos de urbanização e regionalização do Rio Grande do Norte.

Como vê Clementino (2003), se o estado potiguar tem passado por grandes transformações dos anos 70 aos nossos dias, isso não significou uma alteração importante na estrutura dinâmica de sua rede urbana, ao contrário, acentuou-se ainda mais a concentração de progressos nas cidades de Natal e Mossoró e, portanto, a grande disparidade relativa ao restante das cidades. E é aí justamente que se verifica, de um modo geral, a escala pontual das ações modernizantes mais importantes, o fato de os centros regionais tradicionais continuarem os mesmos e as cidades em sua maioria não deixarem entrever outra dinâmica que não seja a do empobrecimento e da vulnerabilidade social.

Dessa forma, torna-se até mesmo discutível a existência de uma rede urbana propriamente dita, já que, para isso, fica subentendida a preponderância de um sistema sócio-espacial bem constituído historicamente, onde articulações sociais

e interdependências produtivas tendem a se estabelecer a partir de núcleos urbanos que se auto-sustentam, gerando a sua economia e seu desenvolvimento.

O que temos no Rio Grande do Norte, como em tantas outras porções do espaço brasileiro estruturalmente desatendidas pelo Estado, parece assemelhar-se muito mais a um conjunto mal articulado do que Santos (2005: 86-87) chamava de cidades não verdadeiras propriamente, tratando-se, talvez, e tão somente de pseudocidades, cidades sem autonomia, subsistindo de sua própria pobreza.

## 5. Notas

- 1 Em diferentes atividades desenvolvidas no contexto do Projeto de *Desenvolvimento Científico Regional* (Cilene Gomes, UFRN), nos últimos dois anos e meio, a partir de 2005, o foco central de estudo e pesquisa tem sido o referido estado da federação. Estas atividades incluem cursos ministrados no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN e a produção de diversos artigos científicos. Além disso, levantamentos de dados e bibliografias, assim como outros artigos produzidos, também se prestaram a uma cooperação continuada no âmbito de desenvolvimento do Projeto *Um SIG para o Rio Grande do Norte* (Ana Mônica de Britto Costa, CRN-INPE).
- 2 A saber: as cidades de Açu, Apodi, Areia Branca, Baraúna, Caicó, Canguaretama, Caraúbas, Ceará-Mirim, Currais Novos, Extremoz, Goianinha, João Câmara, Jucurutu, Macaíba, Macau, Mossoró, Natal,

Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, Santo Antônio, São José de Mipibu e São Miguel.

- 3 No caso, conforme mostra a legenda, temos oito estados de homogeneidade interna, com graus mais elevados de urbanização tanto mais escuro o tom de cinza.
- 4 O método Skater (Spatial K'luster Analysis by Tree Edge Removal) de análise espacial revela, a partir de variáveis e indicadores selecionados, diferentes estados de homogeneidade interna correspondentes a distintos conglomerados de municípios. Trata-se de um algoritmo que transforma o problema da regionalização num problema de particionamento de um grafo. Ou seja, o primeiro passo de sua operacionalização consiste na criação de um grafo de conectividades que captura o relacionamento de vizinhança entre os objetos espaciais. Para esse efeito, "*regionalização é o procedimento de agrupamento de objetos-área em regiões homogêneas e contíguas no espaço*". O mapa apresentado neste artigo foi gerado com o uso do *Terraview*, pelo método Skater, considerando simultaneamente as seguintes variáveis significativas para o estudo da urbanização: população urbana; população economicamente ativa na indústria e nos serviços; renda do responsável pelo domicílio acima de 5 salários mínimos; domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água e escoamento sanitário; domicílios que dispõem de energia elétrica, linha telefônica, coleta de lixo, máquina de lavar roupa, geladeira, televisão, vídeo, computador, automóvel particular e ar condicionado.

## 6. Agradecimento

As autoras agradecem ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio financeiro fornecido às pesquisas que contribuíram para a produção deste artigo.

## 7. Referências citadas

- CLEMENTINO, M. L. M. 2003. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades. In: GONÇALVES, M. F; BRANDÃO, C. A. e A. C. GALVÃO. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. ANPUR-UNESP. São Paulo.
- COSTA, A. M. B. e C. GOMES. 2007. Dinâmicas e defasagens sócio-espaciais no Rio Grande do Norte: O uso de técnicas de análise espacial para estudos de regionalização. *Anais do VII Encontro Nacional da ANPEGE* (Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia). Niterói. 24 a 27 de setembro.
- DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; A. M. V. MONTEIRO. 2004. **Análise espacial de dados geográficos**. Empraba Cerrados. Planaltina, DF.
- FELIPE, J. L. A. e E. A. CARVALHO. 2004. **Atlas, Rio Grande do Norte: espaço geo-histórico e cultural**. Grafset. João Pessoa.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. 2006. **Diagnóstico para o Plano Estratégico Natal - Uma Metrópole em Formação**. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para a Região Metropolitana de Natal: Natal Metrópole 2020. Recife.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamentos Gerais, 1940 e 1950*. Rio de Janeiro.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censos Demográficos, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000*. Rio de Janeiro.
- MORAIS, I. R. D. 2005. **Seridó Norte-Rio-grandense: Uma geografia da resistência**. Editora da Autora. Caicó.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. 2006. *Relatório de Pesquisa: Análise da Estruturação Intra-Metropolitana de Natal*. Projeto: Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática. NAPP-CCHLA/UFRN. Natal.
- SANTOS, M. 1993. **A urbanização brasileira**. Hucitec. São Paulo.
- SANTOS, M. 2005. **Da totalidade ao lugar**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. 2004. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Record. (6ª. edição). Rio de Janeiro-São Paulo.
- SANTOS, P. F. 2005. **O RN na História do Desenvolvimento Brasileiro**. Departamento Estadual de Imprensa. Natal - Brasil.
- SILVA, A. F. 2001. *Migração e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil*. **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, nº 94 (96).